

ARTIGOS

PAC, EDUCAÇÃO E HETERONOMIA CULTURAL**Roberto Leher***

RESUMO

Exame das conexões entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Educação, a partir da categoria do capitalismo dependente. Sustenta-se que, sob a ótica das frações locais da burguesia internacionalizadas, o quadro de apartheid educacional vivido pelo país — delineado no presente texto — não é um problema substantivo. A educação contribui para a governabilidade e para a formação de uma força de trabalho grosso modo de modesta escolarização. O texto argumenta que o referido PAC, por fazer parte de um plano maior que está redesenhando a geografia econômica da América Latina, reprimarizando-a, irá agravar esse quadro educacional já dramático. A consequência é uma economia subordinada aos centros dinâmicos do capitalismo, estruturada em cadeias produtivas fragmentadas e desfeitas, baseada no uso intensivo de energia e de força de trabalho hiper-explorada. O texto propugna que, como as frações locais da burguesia operam nacionalmente o capitalismo dependente, não podem se mobilizar para fazer uma “revolução educacional”, a exemplo do que frações burguesas fizeram em outros países, em tempos pretéritos. O texto conclui que a universalização do direito à educação pública somente acontecerá, caso existam mobilizações sociais com força suficiente para impor derrotas à hegemonia neoliberal.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Heteronomia cultural. Desenvolvimento. Educação. Financiamento. Universalização.

*Professor da Faculdade de Educação da UFRJ, coordenador do Observatório Social da América Latina — seção Brasil do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais e do Programa Outro Brasil / Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung.

1 INTRODUÇÃO

A chamada globalização e as políticas neoliberais foram apresentadas aos povos como a única via para impulsionar mudanças que levam os países à (dita) sociedade do conhecimento: o novo estágio da economia global¹. Em nome desse porvir virtuoso, o Banco Mundial e o FMI engiram numerosas condicionalidades para conceder aval aos empréstimos e para atuar junto à banca de Wall Street objetivando a redução do temerário “risco-país”. Imbuídos de um poder assimétrico, esses organismos sinalizam para a banca quais países estão fazendo ou não “boas políticas” na ótica do imperialismo²: os que fazem o dever de casa recebem o bônus da queda do nível de risco; os “rebeldes”, ao contrário, são sancionados de modo negativo com severas conseqüências.

Se essas políticas fossem difundidas e concebidas como imposições truculentas de perversos organismos internacionais a serviço dos senhores do mundo, dificilmente seriam hegemônicas nos dias de hoje (ANDERSON, 2004). Embora, por definição, as condicionalidades sejam impositivas, não significa que as políticas da agenda neoliberal tenham sido implementadas de fora para dentro, pois as frações locais da grande burguesia foram parte ativa desse processo e não hesitaram em mobilizar seus recursos na mídia e na academia para torná-las senso comum. No plano das ideologias, há tempos os dominantes vinham construindo a noção de que o que provém do Estado é ruim, burocrático e ineficiente, e o que “emana” do mercado ou, quando muito, da “sociedade civil”, é mais eficiente, criativo e democrático (MESCHKAT, 1999). A grande disposição de pensamento subjacente a essa tese é a difusão da crença de que o mercado é não somente o lócus em que esse promissor futuro acontece, mas que esta esfera é ela mesma o motor do progresso social — o mercado é elevado à condição de sujeito, de leitmotivo da história.

¹ Ver Relatório Delors, 1996, disponível em www.unesco.org/delors/Revista_portugues.

² O lugar do Banco Mundial, no manejo do imperialismo, torna-se evidente com a nomeação de Wolfowitz para a presidência do organismo (LEHER, 2005a).

Na edificação desses dispositivos ideológicos, a educação foi extremamente revalorizada. Uma das justificativas para a redução do tamanho do Estado mais reiterada pelo Banco Mundial e por seus aliados locais foi que uma política agressiva de privatizações e de parcerias público-privadas permitiria que o Estado se dedicasse ao que realmente importa: a educação. As verbas públicas deixariam de ser drenadas para as “ineficientes” estatais e, assim, o Estado teria caixa para melhorar o capital humano por meio da educação.

No caso da educação, emerge aqui um aparente paradoxo: as privatizações e parcerias foram justificadas em nome das supostas atividades fins do Estado, como a educação; contudo, os Estados não ampliaram os investimentos na educação. Ao contrário, o diagnóstico feito pelos neoliberais, e até mesmo por segmentos provenientes da esquerda, inclusive sindicatos oficialistas', é que o problema da educação não é o financiamento, mas a gestão do sistema e que, por isso, caberia ao Estado erigir um robusto sistema de avaliação para monitorar a qualidade da educação e fazer os ajustes necessários para garanti-la.

Em função disso, os anos 1990 foram corretamente caracterizados pela literatura crítica como a década da avaliação. Para manejar as políticas educacionais, em direção ao caminho certo, bastaria promover políticas de gestão e de avaliação, instrumentos que garantiriam que a ação de cada educador estaria balizada pelas “demandas sociais”, pelos “anseios da sociedade civil” e pelas transformações advindas da suposta Revolução Científico-Tecnológica ou, em uma palavra, pelo mercado.

Uma década e meio depois da generalização desse credo, o fracasso retumbante dessa política é evidente. Tomando como referência a educação fundamental, prioridade proclamada, os indicadores evidenciam o tamanho do problema. No Brasil, a escolaridade média da População Economicamente Ativa não ultrapassa 5 anos (2005) e dos 15,5 milhões de brasileiros acima de dez anos que não sabem ler, 15% têm até 30 anos (PNAD/ IBGE, 2007 - dados referentes a 2005).

Os resultados do teste aplicado na pesquisa do INAF-2005 (INDICADOR nacional..., 2005) revelam que apenas 23% da população jovem e adulta brasileira é capaz de adotar e controlar uma estratégia, na resolução de um problema que envolva a execução de uma série de operações. Só essa parcela é também capaz de resolver problemas que envolvam cálculo proporcional. É ainda mais preocupante a revelação de que apenas neste grupo minoritário se encontram os sujeitos que demonstram certa familiaridade com representações gráficas, como mapas, tabelas e gráficos.

Embora sem ignorar os problemas organizativos e das formas de governo das escolas, é evidente que a precariedade material não pode ser uma dimensão a ser seriamente considerada na avaliação do dramático quadro educacional. Examinando o cumprimento, ou não, das metas do Plano Nacional de Educação oficial, os técnicos da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados chegaram a resultados alarmantes (BRASIL. Câmara..., 2004). Das 169 mil unidades escolares, 48 mil são unidocentes, o que obviamente não configura uma instituição escolar, pois a professora não pode interagir com nenhum outro profissional, e tem que ministrar simultaneamente aulas para crianças em várias séries, na mesma sala de aula. Somente pouco mais da metade das escolas possui mais de 4 salas de aula (89 mil) e um número ainda menor (79 mil) garante uma jornada escolar igual ou superior a 4 horas- aula/dia. Frente a esse quadro, não surpreende que 26% dos estudantes matriculados sejam reprovados e/ou acabem abandonando os estudos.

Se considerarmos que o direito à educação não pode estar restrito ao ensino fundamental e se incluirmos a educação infantil e o ensino médio, o quadro fica ainda mais grave:

	Meta do Plano Nacional de Educação	Situação atual
Educação infantil (0 a 3 anos de idade)	30% da População (5 anos)	7% da população, na maior parte em creches — 7,4 mil sem sanitários e somente 47% com sanitários adequados.
Educação infantil (4 a 6 anos de idade)	60% da população (5 anos)	65% da população — nos próximos 6 anos, a oferta terá que crescer de 3,9 para 7,2 milhões de novas vagas. Somente 20% das escolas possuem sanitários adequados, 14% não têm energia elétrica e 5 mil unidades não possuem esgoto e 31 mil nem água.

Fonte: BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Avaliação técnica do plano nacional de educação, 2004.

Quadro 1 - Educação infantil

No caso do ensino médio, estão matriculados 9 milhões de jovens (INEP, 2003), pouco menos da metade da faixa etária de 15-18 anos. Contudo, a cada ano, apenas 1,7 milhão conclui o terceiro ano.

2 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

A ideologia neoliberal provocou o silenciamento de um fato incontestável: as verbas educacionais são absolutamente insuficientes para manter e desenvolver um sistema público de educação que contemple adequadamente a educação básica e a educação superior públicas. Os publicistas do credo neoliberal sustentaram que o país já gasta muito com a educação e que o problema da qualidade poderia ser equacionado pela “revolução gerencial”. Frente à persistência de críticas ao padrão medíocre de financiamento, o Governo Lula da Silva tem difundido que, em sua gestão, as verbas educacionais correspondem a 4,3% do PIB, sustentando, inclusive, a ampliação em relação ao período Cardoso. Entretanto, a despeito da propaganda, a revisão dos cálculos do PIB evidenciou que o país aplica vergonhosos 3,5% do PIB em educação (OTAVIANO, 2007), perto da metade do índice recomendado pela Unesco (6 a 7% do PIB).

A vida cotidiana de professores, estudantes, técnicos e administrativos comprova a penúria dos recursos, expressos por salários aviltantes, pela infraestrutura degradada, pela baixa qualidade da educação ofertada à maior parte do povo brasileiro e por vergonhosos índices de escolaridade: cerca de 60 milhões de analfabetos funcionais, apenas um em cada 4 jovens, de 15 a 17 anos, cursa o ensino médio, e somente 9 em cada 100 jovens, de 18 a 24 anos, cursam o ensino superior em nosso País.

A argumentação de que é impossível ampliar os recursos educacionais para o equivalente a 7% do PIB não se sustenta, pois, historicamente, diversos países lograram êxito na universalização da educação básica e na forte ampliação da universidade pública, aumentando o financiamento para um patamar ainda mais elevado do que o referido índice. Até mesmo o conservador parlamento (2002-2006) constatou que esse montante era viável, inserindo-o no Plano Nacional de Educação (PNE) do Governo Cardoso. O que a realidade demonstrou ser impossível é a ampliação das verbas educacionais, com a manutenção de políticas macroeconômicas direcionadas para favorecer o capital rentista. Assim, foram os vínculos de Cardoso com o capital rentista que o levou a vetar os artigos do PNE sobre o financiamento elaborado por sua própria base. No programa de governo de Lula da Silva (2002) o veto de Cardoso foi duramente criticado, havendo a explicitação de que se o PT fosse eleito, o governo retiraria o veto. Entretanto, também no Governo Lula da Silva, os vínculos com o capital rentista falaram mais alto e seu governo manteve o veto de Cardoso. Assim, a União, apesar de recolher cerca de 60% dos impostos e contribuições, comparece somente com 0,8% do PIB (o restante provém dos Estados e municípios).

Muitos movimentos e campanhas, como Jubileu Sul, têm insistido na necessidade de os movimentos sociais e sindicatos associarem o pequeno montante de verbas sociais ao generoso pagamento da dívida pública. De fato, o peso do tributo neocolonial da dívida é por demais gritante. No caso da dívida pública interna, em 1995, a dívida era de R\$ 62 bilhões; entre 1995 e 2005, o Estado pagou R\$ 377 bilhões, mas em 2006, a dívida chegou a astronômico

R\$ 1,2 trilhão! Embora parte considerável da dívida externa tenha sido convertida em dívida interna, seus números são impressionantes: em 1978 US\$ 58 bilhões; entre 1979 e 2005, o Estado pagou US\$ 241 bilhões a mais do que foi recebido e, ainda assim, em 2005, a dívida era de US\$ 188 bilhões. (BOLETIM..., 2006).

O levantamento tornado disponível pela Campanha da Auditoria Cidadã revela que, além de os empréstimos terem sido tomados em grande parte por governos ilegítimos, a elevação dos juros, no final dos anos 70, foi obviamente abusiva e mesmo ilegal, passando de 5% para 20% ao ano. Se o aumento não tivesse sido tão abusivo, a dívida estaria quitada e o Estado receberia cerca de US\$ 100 bilhões de retorno! Assim é que, em 2005, o serviço da dívida consumiu R\$ 139 bilhões, enquanto as verbas federais para a educação ficaram em R\$ 16 bilhões.

Os recursos previstos - e é importante sublinhar que não estão garantidos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento da educação), na ordem de grandeza de R\$ 8 bilhões até 2010 (algo como R\$ 2,0 bilhões/ano) (VASCONCELOS, 2007) - são irrisórios, frente ao que o governo está deixando de repassar para a educação, em virtude do veto ao PNE. Caso o veto tivesse sido derrubado, o orçamento anual para a educação pública seria mais que o dobro, passando para R\$ 150 bilhões (o que daria algo como R\$ 75 bilhões /ano a mais do que é aplicado atualmente no país). A rigor, em relação às verbas do PDE, sequer está explícito se os parcos R\$ 8 bilhões (2007-2010) serão recursos novos ou se serão remanejamentos de outras rubricas.

A medida da política educacional do Governo Lula da Silva mais festejada, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica — FUNDEB, também em nada altera a desresponsabilização do Estado, frente à educação pública, não alterando a permanência da Desvinculação das Receitas da União na educação (e na saúde/ previdência). Quando o Estado nacional deixa de repassar R\$ 75 bilhões para a educação pública, o anúncio de que o governo pretende ampliar progressivamente as verbas federais para a educação,

partindo de um patamar da ordem de R\$ 2,3 bilhões para chegar, em quatro anos, a R\$ 4 bilhões, revela o quão longe está o governo da prioridade social. Com esses raquíticos montantes a União sequer cobre o calote que impinge ao Fundo de Manutenção, Desenvolvimento e Valorização do Magistério (FUNDEF). De fato, atualmente a União contribui com menos de 3% dos recursos totais do FUNDEF quando, pela Lei 9424/ 96, essa participação deveria ser de 10%. O débito da União para com este fundo, acumulado no período 1999-2006, é superior a R\$ 20 bilhões. Assim, a ordem de grandeza dos recursos adicionais pelo FUNDEB e pelo PDE é absolutamente irrisória, frente ao que o governo tem deixado de repassar para as escolas e universidades públicas.

A situação da universidade pública é de igual penúria, anunciando um futuro tenebroso para essas instituições. Pelo Projeto de Lei 7200/ 06, o governo federal propõe que as verbas sejam correspondentes a 75% dos 18% das receitas líquidas de impostos preconizados pela Constituição Federal para a educação. Entretanto, em virtude da hipertrofia das contribuições e da estagnação dos impostos e, ainda, da DRU, os 18% hoje não passam de 10 bilhões (valor apurado pelo TCU, em 2005). Desse recurso, pelo projeto, devem ser retirados os valores devidos ao futuro FUNDEB (conforme o MEC, seriam de 2,2 bilhões no primeiro ano, e 4,3 bi no quarto ano).

Mesmo considerando que, das verbas constitucionais vinculadas, apenas 30% poderiam ser utilizadas no FUNDEB, no quarto ano haveria R\$ 1,7 bi para o referido Fundo. Ora, o que sobraria seria ridiculamente pouco: R\$ 8,3 bilhões e 75% deste valor resultariam em apenas R\$ 5,6 bilhões. Isso significa, na prática, congelar por dez anos os recursos das IFES em um patamar ainda inferior ao atual, em um contexto em que o governo afirma que ampliará os campi e criará novas IFES.

Seria muito simplismo acusar os últimos governos de serem apenas insensíveis com a causa da educação pública. O problema, como preconizava Florestan Fernandes, é muito mais denso e profundo. O gravíssimo quadro educacional, esboçado neste texto, expressa uma situação estrutural

decorrente da condição capitalista dependente do país, condição esta que impediu a revolução burguesa e hipertrofiou as frações da burguesia locais mais internacionalizadas, ou seja, as que não têm qualquer interesse relevante, em um sistema educacional público de elevada qualidade.

3 CAPITALISMO DEPENDENTE

O capitalismo dependente repercute de modo direto nas políticas educacionais, em especial por meio da conformação de uma base produtiva que não pode possuir centros estratégicos de inovação tecnológica e, conseqüentemente, não demanda de modo significativo mão-de-obra com elevada formação acadêmica. Isso ocorre em virtude da natureza mesma dessa dependência fundamental. Conforme Cardoso (1997), o conceito de capitalismo dependente:

a) implica, na verdade, relações de dominação que se conjugam: dominação externa e dominação interna. Dominação externa que é abastecida pela dominação interna, a qual se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população. Deste modo, para Florestan apud Cardos (1997, p.101),

o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes).

b) [...] [Explícita] que não basta reproduzir a apropriação e a expropriação que são inerentes ao capitalismo. Esta forma específica de capitalismo, para ser capaz de suprir por expropriação a burguesia local e a burguesia hegemônica, produz sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas. Para Florestan (apud CARDOSO, 1997), assim, “sobreapropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo”.

O Programa de Aceleração do Crescimento seria uma inflexão, nessa forma de interação das frações locais da burguesia na economia-mundo, abrindo caminho para um porvir mais promissor para a educação pública?

4 CONTEXTO GERAL DO PAC: a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina (uRSA) e o Imperialismo

Em uma perspectiva histórica, o lançamento do PAC, a expressão nacional do IIRSA, não pode deixar de provocar a sensação de um déjà-vu que, entretanto, nada tem de ilusória: a promessa de um arranque para o crescimento econômico, como condição para a elevação do padrão de vida da população, é uma tese que está no âmago das ideologias da modernização, do desenvolvimento e da globalização, contribuindo para a implementação de políticas econômicas e sociais concretas que permitiram ainda maior grau de hiperexploração e de apropriação do excedente econômico pelo grande capital.

De W.W. Rostow (1964) a Antonio Delfim Netto³, essa tese é recorrente no discurso da ordem e, de uma perspectiva ideológica, anuncia um melhor porvir nos marcos do capitalismo realmente existente. Nos últimos anos, a globalização neoliberal cumpriu essa função, mas, do ponto de vista dos que vivem-do-próprio-trabalho, as suas promessas se desfizeram sob o peso da realidade adversa, reacendendo as lutas sociais, muitas delas anti-sistêmicas (WALLERNSTEIN, 2005). O PAC busca também preencher essa lacuna, embora seu objetivo central seja a ratificação da inclusão do país, na geografia econômica desenhada pelo imperialismo, dentro e fora do país.

No contexto do neoliberalismo, como pareceu a alguns⁴, esse programa tem a aparência de uma inflexão estrutural, pois o Estado seria novamente reconhecido com agente econômico e de planificação; contudo, como pode ser visto adiante, um exame mais detido atesta que não há nada de novo no front. O Estado nunca abandonou seu papel de operador da economia e, ademais, o fator propulsor do crescimento econômico, conforme o PAC, requer o chamado “déficit nominal zero”⁵, o aprofundamento da reprimarização

³ Ex-ministro da Fazenda de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), embaixador na França na administração de Ernesto Geisel (1974-1979) e ministro do Planejamento e da Agricultura de João Baptista Figueiredo (1979-1985).

⁴ O mérito do plano foi **recuperar um projeto de desenvolvimento econômico** e procurar acender o espírito animal dos empresários. **O setor privado precisa de duas garantias para investir: a de que haverá crescimento e a de que não faltará energia** (Entrevista de A. O. Netto à Revista Veja em 22/01/2007).

⁵ Esta proposta consiste em aumentar o **superávit primário** de forma a viabilizar o 5º pagamento de todos os **juros da dívida**. Visto que hoje o superávit equivale a menos da metade dos juros, a proposta de **Delfim** prega a realização de um ajuste fiscal de longo prazo, que busque cortar os gastos sociais (principalmente os da previdência, salário mínimo e dos servidores públicos) por um período de 10 anos,

e o agravamento da condição capitalista dependente do país, uma tendência forte que vem se adensando desde a crise estrutural da dívida de 1982.

É justo nesse contexto que o hiperbólico “PAC da educação” tem que ser discutido. Poderia o referido plano abrir um período virtuoso para a educação brasileira, neste país cujo sistema de educação é um dos mais injustos do planeta, quando comparado com países que possuem indicadores macroeconômicos grosso modo semelhantes? Considerando os pilares do referido PAC, em especial a reprimarização e o “déficit nominal zero”, a resposta é indubitavelmente negativa e, por isso, como enfatizado, o governo não retirará os vetos ao PNE, mantendo os gastos educacionais na ordem de 3,5% do PIB.

Para sustentar essas proposições sobre o PAC e a sua localização no âmbito do IIRSA, e estabelecer os nexos destes com o PDE, este artigo discute o PAC e o IIRSA. A seguir, examina as conexões do PDE com os programas discutidos na seção anterior. Por meio da análise do mundo do trabalho - a partir do prisma do capitalismo dependente - a análise sustenta que a reprimarização e a hiperexploração do trabalho, características do padrão de acumulação em curso no país, não permitem antever a elevação do padrão educacional da população brasileira, em particular da classe trabalhadora. Essa proposição será discutida com o exame das linhas mestras da educação brasileira. Ao final, o artigo propõe algumas sínteses, a título de conclusão provisória.

Na ótica do imperialismo estadunidense, a América Latina é uma região heterogênea em termos da relevância econômica e política de cada país. Após o 11 de Setembro, os EUA colocaram a relação com a região no plano da “segurança” (vide proliferação de bases militares em toda a região) e, desde então, a heterogeneidade de situações nacionais somente aumentou. Grande parte da América Central firmou o CAFTA, a Colômbia segue sendo uma caixa de ressonância da política belicista estadunidense, o acordo bilateral de livre comércio com o Chile avança e as cisões no Mercosul são fortes e significativas, situações que beneficiam os EUA. Entretanto, o eixo da ALBA se

de forma a viabilizar o total pagamento dos encargos da dívida” (“PAC implementa a proposta de Déficit nominal zero de Delfim Netto. Artigo de Rodrigo Viena de Avila da Rede Jubileu Sul”). Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=odmnoticias&Itemid=18&task=detalhe&id=4483>. Acesso em 6 de abril de 2007.

fortaleceu politicamente com as vitórias de Evo Morales na Bolívia e, de certo modo, de Rafael Correa no Equador, contrariando analistas de que Chávez permaneceria isolado com Cuba (HAKIM, 2006). Ademais, o processo venezuelano está mais diferenciado. O presidente Hugo Chávez assumiu a bandeira socialista e promove uma forte reorganização dos partidos de sua base de apoio, objetivando um partido socialista unificado e tem intensificado o processo de nacionalização de empresas estratégicas.

Embora o comércio dos EUA com a região seja grande, algo como U\$ 200 bilhões/ano, grande parte está concentrado no México, país que segue em sua órbita de influência. Enquanto isso, desde 2000, o comércio chinês cresce a uma taxa de 60% ao ano, abrindo um extraordinário mercado para suas matérias-primas, situação que concorre para certa autonomia de diversos países vis-à-vis ao EUA (parte significativa desse comércio é com corporações estadunidenses que operam desde a China). Entretanto, o fortalecimento da relação com a China concorre para o desmonte de setores industriais, ainda ativos e importantes em países como o Brasil. Contraditoriamente, o fortalecimento dos acordos comerciais com a China situa diversos países, entre eles, o Brasil, como periferia da periferia (GONÇALVES, 2006), reforçando as amarras da região com a economia estadunidense.

Por isso, a despeito de conflitos pontuais, alguns países seguem com vínculos muito estreitos com as políticas imperialistas estadunidenses, entre os quais o mais importante é o Brasil. Sua relevância não é apenas econômica, mas também política, pois conta com um governo que supostamente o credencia a estar no eixo “progressista” latino-americano (supostamente independente, em relação aos EUA e munido de uma identidade latino-americana). Essa condição o credencia a estabelecer políticas “amigáveis” com os países da ALBA, embora, no fundamental, esteja imbricado aos interesses do imperialismo. Assim, quando os EUA necessitaram intervir no Haiti, por solicitação de Washington, Lula da Silva aceitou liderar uma missão de “humanismo militar” em nome dos interesses do imperialismo. O mesmo aconteceu, quando Evo Morales nacionalizou as reservas bolivianas de hidrocarbonetos: a diplomacia de Lula da Silva “caiu como uma luva” aos interesses do imperialismo. Enquanto o governo se expressou com palavras amigáveis, afirmando compreender as razões bolivianas, a Petrobrás subjogou

o país, obrigando-o a respeitar os contratos dos investidores, situação que levou ao afastamento do ministro dos Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, que não aceitou a capitulação frente à corporação.⁶

Essas breves pontuações objetivam realçar uma questão crucial: o imperialismo requer o funcionamento de um sistema de Estados, sem o que os negócios das corporações não podem prosperar (WOOD, 2003). E as políticas objetivamente encaminhadas pelo Estado brasileiro, sob o comando de Lula da Silva, operam na perspectiva de fortalecimento desse sistema de Estados.

A recente visita de Bush aos países “amigos” dos EUA, entre os quais o Brasil e a Colômbia do direitista Álvaro Uribe, e, de outra parte, de Lula da Silva aos EUA, atestam justamente o compasso entre os EUA e suas demandas de energia, matérias-primas, commodities em geral e de captação do excedente econômico por meio do capital financeiro e as frações locais da burguesia mais internacionalizadas. De fato, após muitos dilemas sobre as conseqüências da substituição das importações, hoje as frações locais mais fortes - agronegócio, commodities e financeira-rentista — não têm mais quaisquer resquícios de dúvida de que a forma de inserção capitalista dependente na economia-mundo lhes é favorável.

Como os EUA terão de rever, mais cedo ou mais tarde, as tarifas de comércio de produtos agrícolas, para viabilizar o uso do etanol, é previsível que haja avanços importantes, em termos de contrapartidas de “produtos sensíveis”, como os produtos industriais e, não menos importante, no campo dos serviços. Seria pueril que os EUA abrissem seu mercado ao etanol brasileiro, sem se valer da condição de grandes compradores, para forçar ainda mais a abertura econômica aos seus produtos estratégicos. A rigor, esses termos já estão colocados em todas as rodadas de negociações no escopo da OMC: a redução das tarifas agrícolas terá de ter como contrapartida uma abertura ainda maior do Brasil aos produtos industrializados e aos serviços, entre os quais se destaca a educação superior.

⁶ Márcia Carmo. Ministro dos Hidrocarbonetos renuncia na Bolívia. BBC Brasil, 15/09/2006, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060915_solizrenunciamcale.shtml.

Com efeito, há tempos os EUA tentam resolver um problema importante. Apesar de o MERCOSUL representar 40% do investimento total dos EUA, na América Latina e Caribe (ALC), apenas 15% do comércio estadunidense na ALC é com os países que compõem esse bloco (LOWENTHAL, 2006). Em um contexto geral de crise estrutural, essa assimetria é obviamente um obstáculo a ser removido.

Mas há problemas ainda maiores que negam a reiterada tese da irrelevância da América Latina para os EUA: esta região possui fontes de energia (gás, petróleo, etanol), de biodiversidade, água doce (rios e bacias hidrográficas), minérios estratégicos, etc. que nada têm de secundárias; ao contrário, são cruciais para a economia estadunidense, em especial, em um contexto de drásticas transformações ambientais⁷.

Se na esfera política, o ALCA não pôde ser viabilizado - tanto em virtude das mobilizações populares em diversos países da região, como, não menos importante, pelas fortes resistências advindas dos EUA, em especial de agricultores e de corporações de diversos ramos (aço entre outras) - isso não quer dizer que o imperialismo tenha sido vencido ou estancado em seus propósitos. Considerando a natureza das relações econômicas vigentes da região com os EUA, relações de natureza neocolonial, a consolidação de marcos regulatórios e de medidas de infraestrutura estão em curso para cristalizar um padrão de acumulação duradouro. A principal ferramenta para efetivar esse processo é o Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul.

4.1 Imperialismo e América Latina no Século XXI: IIRSA e PAC

Em setembro de 2000, o BID apresentou as bases do Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul⁸ (a rigor, também do restante da América Latina, pois envolve a América Central e o México, articulando o Plano Puebla Panamá com a América do Sul), durante a cúpula de presidentes latino-americanos realizada em Brasília. A proposta consiste em um conjunto de projetos de infra-estrutura, nas áreas de transportes, de energia e de comunicações, bem como, não menos importante, de mudanças institucionais e legais, objetivando intensificar o comércio regional e global (tal como previa o ALCA).

⁷ Márcia Bizzotto ONU prevê secas e falta de água para mais de 1 bilhão. BBC Brasil, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070406_relatorioipccml.shtml.

⁸ IIRSA: Disponível em: (<http://www.iirsa.org/home.asp?codldioma=ESP>). Ver matéria apologética em <http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/santagadea.htm>.

Atualmente, doze países participam da iniciativa que conta com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporación Andina de Fomento (CAF) e do “Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata” (Fonplata).

O custo estimado é da ordem de 37 bilhões de dólares estadunidenses. Além desses fomentos, haverá recursos do BNDES (Brasil), bem como do Banco Mundial que, embora não financie diretamente o IIRSA, fornece recursos para vários de seus projetos, como a melhoria das estradas federais do Brasil inseridas no IIRSA.

O IIRSA almeja integrar a infra-estrutura física de transportes, oleodutos, gasodutos, portos, redes hidrelétricas e de cabos áticos, entre outros, criando uma plataforma logística que, efetivada, permitirá “integrar” de modo “competitivo” a região à economia-mundo. São cerca de 335 projetos agregados em 40 grupos.

É importante registrar que os dez eixos ou corredores que o compõem estão basicamente relacionados ao agronegócio (escoamento, abertura de novas áreas de plantio...), à geração de energia (álcool, biodiesel, hidrelétricas, petróleo), à prospecção mineral, à exploração da biodiversidade, bem como à abertura de novas fronteiras para instalação de maquilas. Os custos ambientais e sociais serão muito elevados, pois todo esse redesenho territorial implica na remoção dos “obstáculos” físicos, normativos e sociais. Tal como o ALCA, será preciso “harmonizar” a legislação nacional (trabalhista, ambiental, educacional etc.), nos termos dos marcos gerais exigidos pelo Plano, leia-se, pelo imperialismo.

O Comitê de Coordenação Técnica do IIRSA, reunido em Lima (2003), estabeleceu três objetivos:

- a) apoiar a integração de mercados para melhorar o comércio intra-regional;
- b) apoiar a consolidação de cadeias produtivas para alcançar competitividade nos grandes mercados mundiais;
- c) reduzir o “custo latino-americano”, através da criação de uma plataforma logística vertebrada e inscrita na economia global.

O novo mapa geopolítico e econômico da região foi definido em dez grandes eixos:

1. Eixo andino (Venezuela-Colômbia-Ecuador-Peru- Bolívia)
2. Eixo andino do Sul (Chile-Argentina- Bolívia)
3. Eixo do Amazonas (Colômbia-Ecuador- Peru-Brasil)
4. Eixo Interoceânico Central (Peru-Chile-Bolívia- Paraguai- Brasil)
5. Eixo Interoceânico Capricórnio (Antofagasta/ Chile, Jujuy/ Argentina, Assunção! Paraguai, Porto Alegre! Brasil)

6. Eixo do Escudo Guaynés (Venezuela-Brasil-Suriname- Guiana)
7. Eixo Mercosul-Chile (Brasil- Uruguai- Argentina- Chile)⁹
8. Eixo do Sul (Talcahuano- Concepción/ Chile, NeuquénBahía BlancaArgentina)
9. Eixo Amazônico do Sul (Peru-Brasil-Bolívia)
- 10.Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Bolívia-Brasil-Paraguai- Argentina-Uruguai)

Outros grandes projetos estão apensados ao IIRSA, como a navegabilidade e integração de dezessete rios, interligando o transporte fluvial entre o Caribe e o Rio da Prata.

Não casualmente, muitos analistas sustentam que o IIRSA é a expressão material concreta do ALCA. Conforme Zibechi (2007), investigadores como Marcel Achkar e Ana Dominguez afirmam que “o ALCA determina jurídico-administrativo”, enquanto o IIRSA provê a infra- estrutura necessária, para realizar esse projeto de liberalização comercial impulsionado pelos EUA, dando seqüência ao Plano Puebla-Panamá.

Confirmando a análise de Florestan Fernandes sobre a interconexão entre as frações locais da burguesia com o imperialismo, Zibechi (2007) salienta que o IIRSA tem a particularidade de ser uma integração desenvolvida a partir das classes dominantes do Sul, porém em benefício dos setores mais internacionalizados. A enorme ênfase na infra-estrutura está relacionada ao aumento do fluxo de matérias-primas e recursos naturais para os países centrais, China e Índia. Certamente, o objetivo de redução do custo da América Latina irá abarcar a redução do custo da força de trabalho e a flexibilização das licenças ambientais. A exemplo dos acordos do ALCA e da OMC, todos os planos do IIRSA são desenvolvidos, sem a participação dos sujeitos que passaram para a condição de “obstáculos”, em especial trabalhadores rurais, camponeses e povos originários. Ademais, no contexto desse plano, haverá uma nova onda de privatizações por meio das parcerias público-privadas, presentes na quase totalidade dos 337 projetos que o compõem.

⁹ Em 2006, a Venezuela passou a fazer parte deste eixo.

No caso brasileiro, conforme Sennes e Tomazini (2006), desde o primeiro Plano Plurianual do Governo de Cardoso, o IIRSA vem sendo inserido nos programas governamentais. Ao assumir o lugar de líder regional, o país tem se engajado, como já apontado, nos planos regionais por meio do BNDES. Dos 40 grupos de projetos em curso, o Brasil participa sistematicamente de seis deles, como o estabelecimento de vias entre Venezuela e Brasil (Eixo Escudo da Guiana), de rede elétrica entre estes dois países, o estabelecimento de novas hidrelétricas no Sul e no Norte (Rondônia), bem como o estabelecimento de hidrovias Paraguai-Paraná. Com a regulamentação legal das parcerias público-privadas pelo Governo de Lula da Silva, a previsão é que muitos desses projetos sejam resultantes dessas parcerias.

No plano energético, os acordos da cúpula do Mercosul, em agosto de 2005, realizada em Assunção, almeja a criação de um gasoduto, ligando Argentina, Brasil, Chile e Uruguai com o gás proveniente do Peru. Este gasoduto seria somado ao já existente entre Brasil e Bolívia. Com a capilarização desses gasodutos, a infraestrutura energética propiciará a criação de novas plataformas de exportação, com o custo de energia subsidiado pelos Estados da região.

A adoção de uma política estruturada de reprimarização - e de organização do território em função das necessidades do imperialismo - adquiriu um renovado impulso com o anúncio do PAC e da concordância do governo brasileiro, em converter o país em um grande pólo de produção de etanol para suprir demandas de energia requeridas pelo opulento estilo de vida estadunidense.

4.2 PAC: reprimarização e neocolonialismo

O anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento não significa nenhuma reversão, na tendência de fortalecimento das frações burguesas mais internacionalizadas. Ao contrário, esta seção propugna que o PAC é a versão nacional do IIRSA, o programa de infra-estrutura previsto no ALCA.

A força relativa das frações locais da burguesia mais internacionalizadas conheceu extraordinário fortalecimento no período de Lula da Silva. No período Cardoso, para cada R\$ 100,00 gerados na economia, R\$ 14,50 dependiam da dinâmica externa da economia; no Governo Lula da Silva este valor subiu para R\$ 47,00, conforme aponta o economista Reinaldo Gonçalves (2006). Esse quadro ressalta um agravamento da condição capitalista dependente, pois, cada vez mais, a economia local é dependente do circuito do capital internacional e, nesse circuito, a hiperexploração do trabalho e dos recursos naturais é condição necessária.

O objetivo desta seção não é fazer uma análise da coerência interna do PAC e de suas implicações para a economia brasileira, o leitor pode contar com considerações pertinentes em diversos artigos¹⁰. A principal preocupação é apontar que, para além das críticas a respeito da inconsistência econômica do programa — como a incompatibilidade entre a macroeconomia neoliberal e o crescimento qualitativo socialmente orientado (JURUÁ, 2007) —, a manutenção de taxas reais de juros elevadíssimas, em benefício dos portadores de títulos da dívida, ou a redução gradual dos gastos correntes da União, objetivando o propalado “déficit nominal zero” e encolhendo, tendencialmente, o Estado Social, ou, ainda, a sistemática manutenção da política de contingenciamento dos gastos federais (em benefício do capital rentista), o PAC confirma e consolida o padrão de acumulação dependente no país. Como lembrou Leda Paulani (2007), o desenvolvimento é o mais político dos temas econômicos e, com efeito, o PAC consolida o modelo econômico neoliberal em curso como política estratégica para a inserção do país, na economia-mundo.

As linhas viárias, a localização das hidrelétricas e o traçado dos gasodutos coincidem, no fundamental, com os do IIRSA. As rodovias e hidrovias seguem as linhas dos eixos Amazonas, Interoceânico Central, Interoceânico Capricórnio, Mercosul-Chile, Escudo Guaynés, Amazônico do Sul, Hidrovia Paraguai-Paraná, abrindo as vias para a reprimarização do país.

Com melhor infra-estrutura viária, o Banco Mundial amplia o apoio a mega projetos de agropecuária na região amazônica: a IFC (sigla em inglês para Corporação Financeira Internacional) concedeu empréstimo de U\$ 90 milhões ao frigorífico Bertin, o segundo maior do Brasil (CARMELLO, 2007). A geração de energia, por sua vez, abre caminho para o beneficiamento de alumínio e outras commodities, provocando um rastro de destruição da região. As corporações que atuam na área de celulose, por exemplo, a despeito de terem se apropriado de áreas indígenas e de estarem convertendo reservas aquíferas em celulose, recebem ativo apoio do governo federal (GLASS, 2006).

A opção pelo IIRSA-PAC significa, por conseguinte, uma tomada de posição diante dos movimentos camponeses e indígenas. O redesenho territorial requererá a remoção dos obstáculos aos negócios. Pouco importa o posicionamento contrário dos movimentos sociais e de camponeses que vivem no entorno do rio São Francisco ao projeto de transposição do curso deste importante rio em benefício do agronegócio.

¹⁰ Consultar: BENAYON, 2007; KUCINSKI, 2007; JURUÁ, 2007; MUNHOZ, 2006, e VIEIRA DE ÁVILA, s/d.

Igualmente irrelevante é o posicionamento dos pequenos agricultores (e da parte não colonizada dos cientistas) contra a expansão da produção de celulose, na bacia aquífera do Guarani. No caso da siderurgia intensiva em energia (alumínio, por exemplo) e da celulose, está ocorrendo uma migração das fábricas do hemisfério Norte para o hemisfério Sul, onde as vantagens competitivas são maiores.

5 À GUIZA DE CONCLUSÃO

O artigo demonstra que o devastador quadro de apartheid educacional vivido pelo país não é, sob a ótica das frações locais da burguesia internacionalizada, um problema substantivo. A educação contribui para a governabilidade e para a formação de uma força de trabalho grosso modo de modesta escolarização. Por isso, os setores dominantes não se mobilizarão para fazer uma “revolução educacional” a exemplo do que frações burguesas fizeram em outros países.

Não pode surpreender que nem Cardoso nem Lula da Silva tomaram a decisão de alterar em profundidade o padrão de financiamento da educação pública brasileira, deprimida em 3,5 % do PIB, a despeito do PNE aprovado no parlamento ter indicado 7% do PIB. Estes dois governos são expressões locais - distintas em diversos aspectos - de governos que fazem a política que convém aos setores dominantes e, caso tivessem mantido o disposto em lei, teriam que reduzir a participação do fundo público na remuneração do capital portador de juros, um anátema intolerável para os dominantes.

A ingênua crença de que, com a edição do PAC, o governo poderia redirecionar os rumos de seu mandato não resiste a um exame mais detido da questão. O presente texto procura demonstrar que o PAC é parte de um plano muito mais amplo, a IIRSA, atualmente o plano mais estruturado dos interesses do imperialismo na América Latina.

Nos termos do PAC e do IIRSA, o país deve ser convertido em um centro exportador de minérios, produtos agrícolas, commodities mais ou menos industrializadas, em particular nas áreas de energia, recursos hídricos (celulose) e biodiversidade (fármacos), atividades que, em conjunto, confirmam o processo de reprimarização do país.

Nesse novo mapa econômico, distinto, em muitos aspectos, ao da industrialização por substituição das importações, a universidade, capaz de produzir conhecimento novo, torna-se uma idéia fora do lugar, assim como a existência de um sistema de educação básica bem estruturado e de elevada qualidade.

A consequência desse quadro é uma economia subordinada aos centros dinâmicos do capitalismo, estruturada em cadeias produtivas fragmentadas e desfeitas, baseada no uso intensivo de energia e de força de trabalho hiper-explorada. Nesse contexto, a asseveração do Nobel da Escola de Chicago, Gary Backer, de que não cabe o modelo europeu de educação superior na América Latina assume pleno sentido. Igualmente coerente com essa lógica é a asseveração do Banco Mundial de que o país pode se contentar com conhecimento de segunda mão ou, ainda, com as análises do principal analista de educação desse organismo, George Psacharopoulos, de que, considerando as vantagens comparativas da região, o melhor retorno aos investimentos educacionais provém da educação fundamental e do adestramento da mão-de-obra.

Em conformidade com o capitalismo dependente, as medidas do PDE à possível exceção do piso salarial nacional (caso venha a ser confirmado, pois até abril de 2007, o governo ainda não havia definido o valor e a abrangência do mesmo), pouco ou nada acrescentarão ao combalido sistema público de educação. A ordem de grandeza de recursos sequer repõe as perdas com a burla das regras do FUNDEF.

A universalização do direito à educação pública e de elevada qualidade somente acontecerá caso existam mobilizações sociais com força suficiente para impor derrotas à hegemonia neoliberal. Os prenúncios na América Latina são promissores.

THE CAP, CULTURAL EDUCATION AND HETERONOMIA

ABSTRACT

This paper examines the connections between Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) and Education using the category of dependent capitalism. It sustains that from the point of view of the local fractions of internationalized bourgeoisie, the picture of educational apartheid that takes place in the country — as delineated in this paper — is not a substantive problem. Education contributes to governability and to prepare modest schoolarization workers' labor force. The study argues that PAC, being part of a larger plan that is redrawing the economical geography of Latin America, will worsen educational picture which is already dramatic. The consequence is a subordinate economy to the dynamic centers of the capitalism, structured in fragmented productive chains, based on intensive use of energy and on highly explored labor force. This study defends that as local fractions of the bourgeoisie operate the dependent capitalism in national basis,

they cannot be mobilized to do an “educational “revolution like bourgeois fractions did at other countries in past times. It concludes that the universalization of public education rights will only happen in case social mobilizations exist with enough force to impose defeats to neoliberal hegemony.

Keywords: dependent capitalism; cultural heteronomy; development; education; financing; universalization.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. El papel de las ideas en la construcción de alternativas. In: BORON, Atílio (Comp.) **Nueva hegemonía mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BARROS, Guilherme. Governo e empresários se unem contra crise. **Folha on Line**, São Paulo, 31 julho 2005.

BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BENAYON, Adriano. **O Programa de «Aceleração» do Crescimento (PAC)**. Disponível em: <<http://www.estruturas.com.br>>. Acesso em: 02 fevereiro 2007.

BOLETIM Auditoria Cidadã da Dívida. Rede Jubileu Sul Brasil. n. 16, 22

dez. 2006. Disponível em: <http://www.divida-auditoriacidada.org.br>. Acesso

em abril 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Avaliação técnica do plano nacional de educação**. Brasília, Coordenação de Publicações, 2004. 189 p. il. (Série Ação Parlamentar; n. 294).

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Idéias** (Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp). Campinas, v.4, n. 1-2, p. 99-114, jan/dez. 1997.

CARMELLO, Claudia. Banco Mundial financia pecuária na Amazônia em projeto polêmico. **Repórter Brasil, Agência Carta Maior**, 15 março 2007. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2007.

CECEA, Ana Esther. Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. In: (comp.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Madeira no leilão do grande capital: quem disse que o futuro tem preço? **Agência Carta Maior**. Disponível em: <<http://agenciartamaior.uol.com.br>>. Acesso em março de 2007.

GLASS, Verena. BNDES financia R\$ 619,3 mi para indústria de celulose no ES e RS. **Agência Carta Maior**, 08 dezembro 2006. Disponível em: <http://agenciartamaior.uol.com.br>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2007.

_____. MPF pede anulação do licenciamento e do EIA do Complexo Madeira. **Agência Carta Maior**, 14 março 2007. Disponível em: <<http://agenciartamaior.uol.com.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

HAKIM, Peter. Is Washington losing Latin America? **Foreign Affairs**, v. 85, n. 1, jan/fev 2006. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.org/20060101faessay85101/peter-hakim/is-washington-losing-latin%20%20%20%20%20america.htm>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

INDICADOR Nacional de Analfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação [Avaliação de Leitura e Escrita]. **Ação Educativa**, 8 de set. de 2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/inaf05.pdf>>.. Acesso em: 12 de fevereiro de 2007.

JURUÁ, Ceci. Qual o significado do PAC — Programa de Aceleração do Crescimento? **Relatório de Análise de Conjuntura de Março de 2007**, Projeto Outro Brasil, LPP/UERJ. Disponível em: <<http://www.lppuerj.net/outrobrasil>>. Acesso em: 12 de março de 2007.

KUCINSKI Bernardo. Especulações em torno da lógica do PAC. **Agência Carta Maior**. 09 fev. 2007. Disponível em: <<http://agenciartamaior.uol.com.br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2007.

LEHER, Roberto. Wolfowitz no Banco Mundial: educação como segurança. **Pensando um outro Brasil: análises de conjuntura**. v.2. Projeto Outro Brasil, LPP/UERJ. 2005a. Disponível em: <<http://www.lppuerj.net/outrobrasil>> .. Acesso em: 12 de fevereiro de 2007.

_____. Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise do Governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais. **Revista del OSAL**, Buenos Aires, CLACSO, n. 17, mayo-agosto, 2005b.

LOWENTHAL, Abraham F. Os EUA e a América Latina no século XXI. **Política Externa**, v. 15, n. 3, dez./fev., 2006-2007.

MESCHKAT, K. Una crítica a la ideología de la 'sociedad civil'. In: HENGSTENBERG, KOHUT, K.; MAIHOLD, G. (eds) **Sociedad civil en América Latina**: representación de intereses y gobernabilidad. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1999.

MUNHOZ, Dércio Garcia. O crescimento econômico nos próximos quatro anos do Governo Lula. **Revista de Conjuntura**, Brasília (DF), jul/set. 2006.

OTAVIANO, Helene. O outro lado do PIB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 2007. (Cad. Dinheiro).

PAULANI, Leda; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A miopia do PAC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 2007.

POMAR, Wladimir. Travas e PAC. **Correio da Cidadania**, São Paulo, 07 fev. 2007.

RETAMAR, Roberto Fernández. **Pensamiento de nuestra América**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ROSTOW, Walt W. **As etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

UNESCO. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação do Século XXI, 1996. Disponível em: <http://www.unesco.org/delors/Revista_portugues>. Acesso em: 19 de janeiro de 2007.

VASCONCELOS, Luciana. Haddad apresenta a secretários Plano de Desenvolvimento da Educação. **Radiobrás / Agência Brasil**, 23 mar. 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/23/materia.2007-03-23.5396929193/view>. Acesso em abril 2007.

VIEIRA DE ÁVILA, Rodrigo. PAC: Programa de Atendimento aos Credores. In: **Campanha Cidadã da Dívida**, Rede Jubileu Sul da Dívida. Disponível em: <<http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.) **Pensamento crítico e movimentos sociais** - diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

WOOD, Ellen M. **El imperio del capital**. Espanha: El Viejo Topo, 2003.

ZIBECCHI, Raúl. IIRSA, la integración a la medida de los mercados. Programa de las Américas dei Interna tional Relations Center informe Especial. Disponível em: <<http://www.ircamericas.org/esp/3314>>. Acesso em: 30 março 2007.